

PROCESSO TCE N° 18.800.2014-20.

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Bujari.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Bujari, referente ao exercício de 2013.

RESPONSÁVEL: Antonio Raimundo de Brito Ramos.

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

## ACÓRDÃO Nº 10.360/2017

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Bujari. Envio intempestivo. Ausência de documentos de apresentação obrigatória. Execução orçamentária deficitária. Não confirmação do total do saldo financeiro transferido para o exercício seguinte. Não comprovação do saldo patrimonial. Inconsistências nos históricos dos empenhos dos gastos com a Educação. Ausência do Parecer do Conselho Municipal de Educação sobre a aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB. Excesso de despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal. Não comprovação da legalidade e dos valores efetivamente pagos, a título de subsídios, aos agentes políticos. Realização de despesas sem licitação. Condenação. Aplicação de multa ao Gestor e ao Contador. Notificação. Comunicação. Abertura de Tomada de Contas Especial.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **Antonio Raimundo de Brito Ramos** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Bujari, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 981.888,88** (novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos), relativa ao saldo financeiro não totalmente comprovado a ser transferido para o exercício seguinte; **2) aplicar multa** ao Senhor **Antonio Raimundo**

**de Brito Ramos**, com fundamento no artigo 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** da importância da condenação acima imposta, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Bujari; **3) aplicar multa** ao Senhor **Antonio Raimundo de Brito Ramos**, com fundamento no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 14.280,00** (catorze mil, duzentos e oitenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, em face das seguintes impropriedades: **a)** envio intempestivo da Prestação de Contas; **b)** descumprimento do disposto na Resolução TCE-AC nº 62/2008, ante a ausência de documentação de apresentação obrigatória (Rol dos Responsáveis incompleto, Relatório Circunstanciado, Demonstrativo dos Restos a Pagar, Balancete Contábil do mês de dezembro/2013, Demonstrativo das Doações, Subvenções, Auxílios e Contribuições, Demonstrativo dos Limites Constitucionais, Atualização do Inventário Analítico dos Bens Móveis e Imóveis, Demonstrativo das Obras Contratadas e Cópia dos Atos de Fixação e Alteração dos Subsídios dos Agentes Políticos, acompanhado do demonstrativo dos valores pagos), **c)** execução orçamentária deficitária, **d)** não comprovação do saldo patrimonial, **e)** inconsistências nos históricos dos empenhos dos gastos com a Educação, **f)** ausência do Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB, **g)** excesso de despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, **h)** não comprovação da legalidade e dos valores efetivamente pagos, a título de subsídios, aos agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais), e **i)** realização de despesas sem licitação; **4) aplicar multa** ao Senhor **Aluizio Rocha da Silva**, Técnico em Contabilidade, responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis, com fulcro no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em face das irregularidades e falhas contábeis apontadas na Prestação de Contas, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **5) notificar o atual Prefeito Municipal de Bujari** para tomar ciência desta decisão e do apurado pela análise técnica, devendo reconduzir imediatamente os valores da

despesa de pessoal aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, caso ainda persista a extrapolação; **6) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante da não comprovação de realização de procedimentos licitatórios para os casos em que a Lei Federal nº 8666/93 prevê obrigatoriedade; e **7) instaurar Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44, parágrafo 1º, da LCE nº 38/1993, para verificação da legalidade dos gastos com a remuneração dos agentes políticos, durante o exercício de 2013.

Rio Branco – Acre, 29 de junho de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**  
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC